

Demonstrações Financeiras

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

30 de junho de 2020

com relatório do auditor independente sobre as
demonstrações financeiras

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente.....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas do
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução nº 4720 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Circular nº 3959 do Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

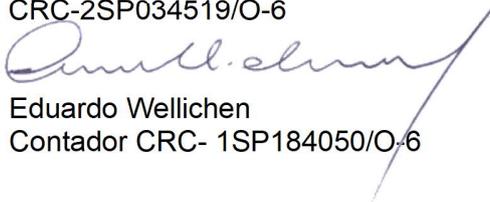
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Eduardo Wellichen
Contador CRC- 1SP184050/O-6

Apresentação

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. submete à apreciação de V. Sas., o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas a 30 de Junho de 2020 e a 31 de Dezembro de 2019, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho

Durante o primeiro semestre de 2020, tivemos a pandemia da COVID-19 que impactou significativamente o País e sua economia. De forma a se adaptar a este novo cenário o Banco Caixa Geral - Brasil implementou algumas medidas, sendo elas: a) adoção do "home-office" como uma prática ampla; b) Manutenção do relacionamento presencial com seus clientes quando solicitado, mas cumprindo com todos os protocolos de segurança definidos pelas autoridades governamentais; c) apoio as necessidades de crédito de seus clientes, buscando, sempre que possível, minimizar impactos gerados pela pandemia.

Diante deste cenário, o banco manteve uma atuação conservadora em relação a sua Carteira de Crédito, bem como continuou com as medidas de contenção de custos.

O Banco Caixa Geral - Brasil encerrou o primeiro semestre de 2020 com prejuízo de R\$2,97 milhões, explicados, pelo aumento das despesas com provisão de créditos de liquidação.

Índice de Basiléia

O Banco adota a apuração dos limites de Basiléia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 30 de Junho de 2020, o Índice de Basiléia do Conglomerado Prudencial era de 36,76%.

Gerenciamento de Riscos

A função de Riscos no Banco Caixa Geral - Brasil é independente das áreas de negócios, mantém vínculo funcional com a Diretoria de Riscos da Caixa Geral de Depósitos e foi estruturada com uma Gerência de Análise de Crédito e uma Gerência de Riscos de Mercado, Liquidez, Operacional e Crédito. O Banco Caixa Geral - Brasil também conta com uma estrutura própria para a Gestão do Capital. Conforme determinado pelas regras do Banco Central do Brasil, os relatórios das estruturas de Gerenciamento de Risco Operacional, de Mercado, de Crédito e Gerenciamento de Capital estão disponíveis na sede do Banco, e as informações requeridas pela Circular no. 3.678/13 do BACEN e a estrutura de Gerenciamento do Risco de Liquidez são divulgadas no sítio da Instituição na internet, no endereço: www.bcgbrasil.com.br.

Agradecimentos

A Administração do Banco Caixa Geral - Brasil agradece aos clientes que em nós depositam confiança, ao seu acionista Caixa Geral de Depósitos pelo apoio recebido, aos seus funcionários pelo compromisso e dedicação e aos nossos fornecedores e demais entidades com quem nos relacionamos pela colaboração.

A Administração

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2020	2019	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2020	2019
Caixa e Equivalente de Caixa	4	18.590	678.420	Instrumentos Financeiros		929.719	1.181.460
Instrumentos Financeiros		1.171.238	777.357	Depósitos	13. a	393.266	379.690
Aplicações Interfinanceiros de Liquidez	5	2.086	-	Captações no Mercado Aberto	13. b	190.618	53.612
Carteira de Câmbio	10	119.809	124.775	Carteira de Câmbio	10	103.193	122.592
Títulos e Valores Mobiliários	6. a	618.827	206.486	Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	13. c	127.422	238.757
Instrumentos Financeiros Derivativos	7. a	125.103	125.293	Obrigações por Empréstimos e Repasses	13. d e 13. e	9.497	333.868
Operações de Crédito	9. a	305.413	320.803	Instrumentos Financeiros Derivativos	7. a	105.723	52.941
Outros Ativos		61.967	61.643	Provisões	14	14.105	13.034
Bens Não de Uso	11. a	53.502	53.502	Outras Obrigações		12.757	21.185
Diversos	11. b	8.465	8.140	Sociais e Estatutárias		171	2.628
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	9. a	(64.164)	(57.136)	Fiscais e previdenciárias	15. a	11.918	15.030
Crédito Tributário	17. b	82.145	70.792	Diversas	15. b	668	3.528
Investimento em Participação em Controlada	12. a	22.746	22.699	Obrigações Fiscais Diferidas	17. c	15.118	15.459
Imobilizado e Intangível		1.780	2.070	Patrimônio Líquido		322.603	324.709
				Capital social		323.728	323.728
				De domiciliados no exterior	18. a	323.728	323.728
				Reserva Legal		1.701	1.701
				Reserva Especial de lucro		4.106	4.106
				Ajuste ao valor de mercado - TVM		(3.961)	(4.826)
				Prejuízos acumulados		(2.971)	-
Total do Ativo		1.294.303	1.555.846	Total do Passivo		1.294.303	1.555.846

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais, exceto o (prejuízo) lucro por ação)

	Nota	2020	2019
		1º Semestre	1º Semestre
Receitas da Intermediação Financeira		61.325	66.954
Operações de crédito		7.793	10.237
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		30.145	35.512
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e	(23.477)	20.130
Resultado de operações de câmbio		46.864	1.075
Despesas da Intermediação Financeira		(44.885)	(45.016)
Operações de captações no mercado		(12.781)	(27.051)
Operações de empréstimos e repasses		(15.349)	(20.927)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	9.e	(16.755)	2.962
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		16.440	21.938
Outras (Despesas) Receitas Operacionais		(22.969)	(19.172)
Receitas de prestação de serviços	21	1.924	2.367
Resultado de participação em controlada	12.b	47	2.461
Despesas de pessoal		(12.411)	(12.315)
Outras despesas administrativas	22	(9.309)	(9.875)
Despesas tributárias	23	(2.287)	(1.347)
Outras despesas operacionais, líquidas	24.a e 24.b	(933)	(463)
Resultado Operacional		(6.529)	2.766
Resultado Não Operacional		94	49
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		(6.435)	2.815
Imposto de Renda e Contribuição Social	12.a	3.464	(200)
Provisão para imposto de renda		(5.123)	-
Provisão para contribuição social		(3.813)	-
Ativo (passivo) fiscal diferido		12.400	(200)
(Prejuízo) Lucro Líquido dos semestres		(2.971)	2.615
(Prejuízo) Lucro por ação no final dos semestres (R\$)		(3,42)	2,44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
	<u>1º Semestre</u>	<u>1º Semestre</u>
(Prejuízo) Lucro Líquido dos semestres	(2.971)	2.615
Outras resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em períodos subsequentes	865	1.215
Outros Resultados Abrangentes - Ajuste ao Valor de Mercado, líquido dos impostos	865	1.215
Resultado Abrangente Total	<u>(2.106)</u>	<u>3.830</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Redução de Capital	Reserva de Lucros		Ajuste ao valor de mercado - TVM	(Prejuízos) acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Especial			
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	400.000	-	1.332	3.728	(6.641)	-	398.419
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	1.215	-	1.215
Redução de Capital (nota 18.a)	-	(76.272)	-	-	-	-	(76.272)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	2.615	2.615
Destinações:							-
Constituição de reservas (nota 18.c)	-	-	131	2.484	-	(2.615)	-
Pagamento de dividendos (nota 18.b)	-	-	-	(3.728)	-	-	(3.728)
Saldos em 30 de Junho de 2019	<u>400.000</u>	<u>(76.272)</u>	<u>1.463</u>	<u>2.484</u>	<u>(5.426)</u>	<u>-</u>	<u>322.249</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	323.728	-	1.701	4.106	(4.826)	-	324.709
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	865	-	865
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	-	(2.971)	(2.971)
Saldos em 30 de Junho de 2020	<u>323.728</u>	<u>-</u>	<u>1.701</u>	<u>4.106</u>	<u>(3.961)</u>	<u>(2.971)</u>	<u>322.603</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
		1º Semestre	1º Semestre
Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais			
(Prejuízo) Lucro líquido ajustado nos semestres		3.569	(185)
(Prejuízo) Lucro líquido dos semestres		(2.971)	2.615
Ajustes ao lucro líquido:		6.540	(2.800)
Depreciações e amortizações	22	323	339
Baixa ativo permanente		-	(28)
Resultado de participação em controlada	12.b	(47)	(2.461)
Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	24.a e 24.b	59	7
Provisão (Reversão) para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		16.755	(2.962)
Provisão (Reversão) para impostos e contribuições diferidos		(1.043)	200
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas	24.b	985	890
Constituição de Créditos tributários		(11.357)	-
Ajuste de Valor de Mercado - TVM		865	1.215
Variações dos Ativos e Obrigações		(660.475)	(259.918)
(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(2.086)	3.425
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(359.371)	41.801
Redução em operações de crédito		13.909	93.692
(Aumento) Redução em outros créditos		(3.685)	293.391
Aumento/(Redução) em depósitos		13.576	(47.851)
Aumento/(Redução) em captação no mercado aberto		137.006	(5.414)
Redução em recursos de aceites e emissão de títulos		(111.334)	(41.299)
Redução em outras obrigações		(24.119)	(309.146)
Redução em obrigações por empréstimos e repasses		(324.371)	(288.517)
Fluxo de Caixa Oriundos (Aplicados) das Atividades Operacionais		(656.906)	(260.103)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos			
Alienação de imobilizado de uso		-	87
Aplicações no imobilizado de uso		(33)	(267)
Dividendos recebidos	12.b	-	1.665
Fluxos de Caixas Oriundos (Aplicados) nas Atividades de Investimentos		(33)	1.485
Juros sobre o capital próprio pagos	18.b	(2.890)	(6.350)
Dividendos pagos	18.b	-	(3.728)
Fluxos de Caixas Aplicados nas Atividades de Financiamentos		(2.890)	(10.078)
Redução do Caixa e Equivalentes de Caixa		(659.829)	(268.696)
Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestres	4	678.420	971.246
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos semestres	4	18.590	702.550
Redução do Caixa e Equivalentes de Caixa		(659.829)	(268.696)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco"), sediado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 4.285 – 3º andar – São Paulo – SP, é parte integrante do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de origem portuguesa, iniciou suas operações em 1º de abril de 2009, e está organizado sob a forma de banco múltiplo, atuando através das carteiras comercial, de câmbio e de investimento.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN e Conselho Monetário Nacional - CMN.

A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Circular Bacen nº 3.959/19 foram incluídas nas demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS).

As principais alterações implementadas foram: a) As contas do Balanço Patrimonial estão sendo apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; b) Os saldos do Balanço Patrimonial de junho de 2020 estão sendo apresentados comparativamente com os do final do exercício social imediatamente anterior; c) Reclassificação dos adiantamentos de contratos de câmbio para a conta de operações de crédito no Balanço; d) Inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As demais demonstrações estão sendo comparadas com os mesmos períodos do semestre anterior para as quais foram apresentadas

As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pelo Banco como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda e contribuição social diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, às quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis aprovados são:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa;
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas;
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;

- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente;
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações;
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico;
- Resolução nº 4.424/12 - Benefícios a empregados;
- Resolução nº 3.959/19 - Resultado por ação; e
- Resolução nº 4.748/19 – Mensuração do valor justo.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco.

A autorização para emissão das demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração do Banco em 28 de agosto de 2020.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, o qual reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base "pro rata" dia. As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais.

b) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do semestre. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, ou sempre que houver indícios objetivos de "impairment".

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação: são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do semestre.
- (ii) Títulos disponíveis para venda: contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido

dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do semestre, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado - TVM".

- (iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do semestre.

f) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, e a Carta-Circular nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, futuros, "swaps" e opções são contabilizados segundo os seguintes critérios:

- Operações a termo: pelo valor final do contrato líquido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito. As receitas e despesas são auferidas em razão da fluência dos contratos até a data das demonstrações financeiras.
- Operações de futuros: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo, e apropriados mensalmente no resultado do semestre.
- Operações de "swaps": os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" dia até a data das demonstrações financeiras.
- Opções: os valores dos prêmios pagos ou recebidos são reconhecidos em adequada conta de ativo ou passivo, respectivamente, na data da operação até seu efetivo exercício, quando então são baixados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo valor de exercício, ou, caso a opção não seja exercida, como receita ou despesa, conforme resultado auferido.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do semestre.

Os instrumentos financeiros derivativos do Banco, designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge"), foi classificado como "hedge" risco de mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, sendo a valorização ou a desvalorização dos "hedges" de risco de mercado registradas em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do semestre.

g) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são constituídas considerando-se a classificação pelo nível de risco feita pela área de Risco de Crédito e levada a conhecimento da Administração do Banco no Comitê de Crédito, que considera a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, editada pelo

BACEN, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda).

Em consonância com os critérios da Resolução 4.512/16 do Banco Central do Brasil, a provisão para garantias prestadas é constituída com base nos requerimentos estabelecidos na Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente a renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos.

h) Operações em moeda estrangeira

As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais e as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do semestre.

i) Ativos e passivos

Os ativos e passivos são demonstrados pelo custo, incluindo os juros e as variações monetárias, podendo o ativo, quando aplicável ser deduzido das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado.

j) Permanente

- Investimentos

A participação em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição.

- Imobilizado e Intangível

Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, dos saldos da respectiva conta de depreciação, calculados pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a vida útil econômica dos bens. Os ativos intangíveis são registrados pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

k) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais e provisão para risco

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, sendo os principais critérios:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

- Provisão para risco - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

l) Bens não de uso próprio

O Banco possui bens não de uso próprio compostos basicamente por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

A Administração avalia a existência de indicativos de redução ao valor de realização desses ativos, com base em laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos e premissas estabelecidas pela Administração.

m) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% a partir de março de 2020 (15% em junho de 2019) do lucro antes do imposto de renda.

Adicionalmente, são constituídos créditos tributários, a taxa vigente à época das demonstrações financeiras, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos e são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos". Os créditos tributários são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

A partir de março de 2020, conforme Emenda Constitucional 103/19, a alíquota da Contribuição Social passou a ser de 20%. Por isto, nosso crédito tributário com vencimentos a partir de março de 2020 foram ajustados com a nova alíquota de 20%.

n) Lucro por ações

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações em circulação durante o exercício, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas considerando os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidos pela Resolução nº 4.720/19 e Circular nº 3.959/19, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020. Os saldos dos valores correspondentes a períodos anteriores, apresentados para fins de comparação, também estão sendo ora reapresentados considerando tais critérios gerais.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Disponibilidades	3.298	2.461
Aplicações em operações compromissadas	12.299	674.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.993	960
Total	<u>18.590</u>	<u>678.420</u>

As aplicações em operações compromissadas com taxas pré-fixadas, no montante de R\$12.299 (R\$674.999 em dezembro de 2019), apresentam taxas ao ano de 2,1% (4,4% em dezembro de 2019).

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	<u>Junho de 2020</u>	
	De 3 meses a 12 meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>2.086</u>	<u>2.086</u>
Total	<u>2.086</u>	<u>2.086</u>

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019

	<u>Junho de 2020</u>		<u>Dezembro de 2019</u>	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
<u>Carteira Livre</u>				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	7.554	7.553	59.774	59.774
Letras do Tesouro Nacional – LTN	221.463	223.865	-	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	69.277	69.588	-	-
Fundos de Investimento - FICFIM	682	682	667	667
Bonds	12.132	50	8.931	37
Debêntures	91.632	28.941	65.573	6.799
Total de carteira própria	<u>402.740</u>	<u>330.679</u>	<u>134.945</u>	<u>67.277</u>
<u>Vinculados a compromissos de recompra</u>				
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	178.441	179.242	-	-
Debêntures	13.591	13.177	53.374	49.024
Total de vinculados a compromissos de recompra	<u>192.032</u>	<u>192.419</u>	<u>53.374</u>	<u>49.024</u>

Vinculados à prestação de garantias

Letras Financeiras do Tesouro – LFT	26.721	26.719	65.855	65.855
Letras do Tesouro Nacional – LTN	13.914	14.161	-	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B e F	8.487	8.967	8.507	8.912
Debêntures	34.337	30.198	-	-
Fundos de Investimento - FILCB	15.684	15.684	15.418	15.418
Total de vinculados à prestação de garantias	<u>99.143</u>	<u>95.729</u>	<u>89.780</u>	<u>90.185</u>
Total de títulos e valores mobiliários	<u>693.915</u>	<u>618.827</u>	<u>278.099</u>	<u>206.486</u>

b) Composição da carteira em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 por classificação e por prazo:

	<u>Junho de 2020</u>		<u>Dezembro de 2019</u>	
	<u>Valor de custo</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor de custo</u>	<u>Valor de mercado</u>
<u>Títulos para negociação:</u>				
<u>Títulos públicos</u>				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (*)				
De 1 a 3 meses	6.041	6.041	92.263	92.263
De 3 a 12 meses	28.234	28.231	5.936	5.936
De 1 a 3 anos	-	-	27.430	27.430
Letras do Tesouro Nacional - LTN				
De 1 a 3 anos	141.044	143.540	-	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B e F				
De 3 a 12 meses	1.675	1.752	-	-
De 1 a 3 anos	5.105	5.415	2.183	2.324
Acima de 3 anos	-	-	4.616	4.785
Total de títulos públicos	<u>182.099</u>	<u>184.979</u>	<u>132.428</u>	<u>132.738</u>
<u>Títulos privados</u>				
Debêntures (**)				
De 1 a 3 anos	5.001	5.001	-	-
Acima de 3 anos	57.758	-	-	-
Cotas de Fundos de Investimento (*)				
Sem vencimento	16.366	16.366	16.085	16.085
Total de títulos privados	<u>79.125</u>	<u>21.367</u>	<u>16.085</u>	<u>16.085</u>
Total de títulos para negociação	<u>261.224</u>	<u>206.346</u>	<u>148.513</u>	<u>148.823</u>
<u>Títulos disponíveis para venda</u>				
<u>Títulos públicos</u>				
Letras do Tesouro Nacional – LTN (*)				
De 1 a 3 anos	94.333	94.486	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B e F (*)				
De 3 a 12 meses	1.007	1.051	-	-
De 1 a 3 anos	248.419	249.579	1.708	1.803
Total de títulos públicos	<u>343.759</u>	<u>345.116</u>	<u>1.708</u>	<u>1.803</u>

Títulos privados

Bonds (***)				
Acima de 3 anos	12.132	50	8.931	37
Debêntures (**)				
De 3 a 12 meses	17.800	17.766	3.421	3.437
De 1 a 3 anos	56.744	49.481	58.052	52.321
Acima de 3 anos	2.256	68	57.474	65
Total de títulos privados	88.932	67.365	127.878	55.860
Total de títulos disponíveis para venda	432.691	412.481	129.586	57.663
Total de títulos e valores mobiliários	693.915	618.827	278.099	206.486

(*) Em junho de 2020, o montante de R\$95.729 (R\$90.185 em dezembro de 2019) estava bloqueado em garantia de operações na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão (nota nº 7.f).

(**) Em junho de 2020, o Banco possui provisão para "impairment" de Debêntures, registrado na coluna de valor de mercado, no montante de R\$62.792 (R\$60.036 em dezembro de 2019).

(***) Em junho de 2020, o Banco possui provisão para "impairment" de Bonds, registrado na coluna de valor de mercado, no montante de R\$ 7.974 (R\$3.113 em dezembro de 2019).

No semestre findo em 30 de junho de 2020, não ocorreram reclassificações entre as categorias "negociação", "disponíveis para venda" e "mantidos até o vencimento".

c) Custódia dos títulos e valores mobiliários

Os títulos públicos no montante de R\$530.095 (R\$134.541 em dezembro de 2019) estão custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC e os títulos privados no montante de R\$72.316 (R\$55.860 em dezembro de 2019) estão custodiados na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. As cotas de fundos de investimentos, no montante total de R\$16.366 (R\$16.085 em dezembro de 2019), estão custodiadas junto aos administradores dos fundos.

d) Valor de mercado

Para os títulos públicos classificados nas categorias "disponíveis para venda" e "negociação" o valor de mercado foi apurado com base em preços e taxas praticadas em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Para a marcação a mercado das debêntures emitidas segundo a instrução CVM nº 476 e que não apresentavam preço indicativo pela ANBIMA ou outra fonte alternativa (cotações fornecidas por Corretoras), foi utilizada a metodologia baseada nas últimas negociações que ocorreram no mercado secundário em taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos foram marcadas a mercado com base nos valores das cotas divulgadas pelos administradores dos fundos.

Os bonds foram marcados a mercado com base nos preços negociados em mercados de bolsa e balcão na Europa, divulgados pelo custodiante dos títulos.

Em 30 de junho de 2020, o Banco reconheceu impairment, no montante de R\$4.861, calculado com base nas últimas negociações das ações da Abengoa Espanha, no período de 2 anos.

Os títulos públicos e privados registrados na categoria "disponíveis para venda" resultaram em ajuste negativo no montante de R\$7.202 (R\$9.043 em junho de 2019). O impacto no patrimônio líquido do Banco foi de R\$(3.961) (R\$5.426 negativo em junho de 2019), líquidos dos efeitos tributários.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco realiza operações com derivativos, que se destinam a atender necessidades próprias ou de seus clientes, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. O gerenciamento desses riscos é efetuado através da determinação de limites e estabelecimentos de estratégias de operações. Os derivativos, de acordo com sua natureza e legislação específica, são contabilizados em contas patrimoniais e/ou de compensação. Em 30 de junho de 2020 em em 31 de dezembro de 2019, a composição dos instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações financeiras é a seguinte:

a) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado:

	Junho de 2020			Dezembro de 2019		
	Valor de curva	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Valor de Mercado	Valor de curva	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Valor de Mercado
<i>Swap</i> - diferencial a receber	60.339	60.744	121.083	63.612	59.745	123.357
<i>Swap</i> - diferencial a pagar	(73.842)	(31.603)	(105.445)	(26.411)	(26.167)	(52.578)
Total <i>Swap</i>	(13.503)	29.141	15.638	37.201	33.578	70.779
<i>NDF</i> - a receber	4.021	(1)	4.020	1.818	118	1.936
<i>NDF</i> - a pagar	(273)	(5)	(278)	(333)	(30)	(363)
Total <i>NDF</i>	3.748	(6)	3.742	1.485	88	1.573
Total	(9.755)	29.135	19.380	38.686	33.666	72.352

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações de “swap”, “Non-Deliverable Forward – NDF”, Futuros e Opções, sendo registrados na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi apurado com base nos preços e taxas divulgados pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

b) Composição do valor de referência por vencimento

	Junho de 2020					Dezembro de 2019				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
"Swap" - posição ativa	23.903	36.838	48.200	210.887	319.828	36.142	295.378	58.500	217.587	607.607
"Swap" - posição passiva	9.804	359.844	2.262	182.620	554.530	123.480	8.604	1.991	182.620	316.695
NDF - posição ativa	5.410	6.034	-	-	11.444	15.500	2.256	-	-	17.756
NDF - posição passiva	500	500	-	-	1.000	7.962	2.580	-	-	10.542
Futuros - posição comprada	68.262	232.884	-	-	301.146	525.019	68.850	39.180	-	633.049
Futuros - posição vendida	153.175	102.571	253.069	53.004	561.819	211.166	172.107	112.224	70.786	566.283
Total	261.054	738.671	303.531	446.511	1.749.767	919.269	549.775	211.895	470.993	2.151.932

c) Composição por indexador

	Junho de 2020			Dezembro de 2019		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
<u>Operações de "swap"</u>						
Posição ativa	121.083	-	319.828	123.357	-	607.607
CDI x DÓLAR VENDA	-	-	-	-	-	-
CDI x IPCA	-	-	-	45.374	-	49.840
CDI x PRÉ	114.580	-	191.281	68.638	-	212.370
DOLAR VENDA x CDI	-	-	-	360	-	7.000
DOLAR VENDA x LIBOR	6.503	-	128.547	-	-	-
DOLAR VENDA x LIBOR 3M	-	-	-	4	-	105.020
DOLAR x LIBOR 6M	-	-	-	-	-	-
LIBOR x DÓLAR VENDA	-	-	-	2.462	-	128.547
LIBOR 3M x CDI	-	-	-	6.519	-	104.830
Posição passiva	-	(105.445)	554.530	-	(52.578)	316.695
CDI x DÓLAR VENDA	-	-	-	-	(209)	4.224
DOLAR VENDA X CDI	-	(10.075)	318.569	-	(88)	5.800
LIBOR 3M x CDI	-	-	-	-	(4.045)	59.808
PRÉ x CDI	-	(1.058)	2.495	-	(885)	2.495
DOLAR VENDA x LIBOR	-	-	-	-	(2.059)	128.547
DOLAR VENDA x LIBOR 3M	-	(43.787)	176.822	-	(135)	59.448
IPCA x CDI	-	(50.525)	56.644	-	(45.157)	56.373
LIBOR 6 x CDI	-	-	-	-	-	-
Total de operações de "swap"	121.083	(105.445)	874.358	123.357	(52.578)	924.302
<u>Operações de NDF</u>						
Posição ativa	4.020	-	11.444	1.936	-	17.756
Dólar venda	3.984	-	10.080	1.936	-	17.756
Euro venda	36	-	1.364	-	-	-
Posição passiva	-	(278)	1.000	-	(363)	10.542
Dólar venda	-	(170)	500	-	(363)	10.542
Euro venda	-	(108)	500	-	-	-
Total de operações de NDF	4.020	(278)	12.444	1.936	(363)	28.298
<u>Operações de futuros</u>						
Posição comprada (*)	393	-	301.146	4.142	-	633.049
DDI	42	-	251.447	3.072	-	446.474
DI1	1	-	5.891	300	-	-
DOL	348	-	43.808	605	-	160.393
EUR	2	-	-	96	-	18.065
IND	-	-	-	69	-	8.117
Posição vendida (*)	-	(759)	561.819	-	(917)	566.283
DDI	-	(421)	89.734	-	(866)	197.926
DI1	-	(311)	396.930	-	(2)	359.373
DOL	-	(27)	72.098	-	(8)	1.207
EUR	-	-	3.057	-	-	-
IND	-	-	-	-	-	-
ISP	-	-	-	-	(41)	7.777
Total de operações de futuros	393	(759)	862.965	4.142	(917)	1.199.332
Total	125.496	(106.482)	1.749.767	129.435	(53.858)	2.151.932

(*) Os ajustes sobre os contratos de futuros são apurados diariamente, e liquidados em D+1, na conta de negociação e intermediação de valores.

d) Valor de referência por local de negociação

	Mercado Organizado	Mercado de Balcão	Total 2020	Mercado Organizado	Mercado de Balcão	Total 2019
Operações de "swap"	250.420	623.938	874.358	321.078	603.224	924.302
Operações de NDF	11.444	1.000	12.444	17.756	10.542	28.298
Futuros - posição comprada	301.146	-	301.146	633.049	-	633.049
Futuros - posição vendida	561.819	-	561.819	566.283	-	566.283
Total	1.124.829	624.938	1.749.767	1.538.166	613.766	2.151.932

As operações envolvendo contratos de futuros de índices e de moedas são realizadas para proteção das exposições globais do Banco e em operações para atendimento aos seus clientes.

e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Informamos a seguir os ganhos e as perdas que impactaram os resultados dos semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019. Tais ganhos e perdas estão sendo apresentados líquidos do resultado gerado pelos derivativos utilizados como instrumento de "hedge" de risco de mercado.

	1º semestre 2020			1º semestre 2019		
	Ganho	Perda	Líquido	Ganho	Perda	Líquido
"swap"	191.830	(241.042)	(49.212)	184.552	(166.769)	17.783
NDF	12.397	(16.111)	(3.714)	4.418	(5.560)	(1.142)
Opções	-	-	-	438	-	438
Futuros	372.215	(342.766)	29.449	320.985	(317.934)	3.051
Total	576.442	(599.919)	(23.477)	510.393	(490.263)	20.130

f) Valor e tipo de margem dadas em garantia

O montante de margem depositado em garantia na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 tem a seguinte composição:

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Títulos e valores mobiliários – Carteira própria		
Letras do Financeira do Tesouro – LFT	26.719	65.855
Letras do Tesouro Nacional - LTN	14.161	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B e NTN-F	8.967	8.912
Debêntures	30.198	-
Fundo de Investimento - FILCB	15.684	15.418
Total	95.729	90.185

g) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge"

Em 30 de junho de 2020, a estrutura de "hedge" de risco de mercado é composta por contratos futuros, com valor de referência atualizado de R\$55.994 (R\$35.062 em dezembro de 2019) e vencimentos que variam de julho de 2020 a julho de 2021 (fevereiro de 2020 a agosto de 2020 em dezembro de 2019), e visam proteger o Banco das flutuações do câmbio nos adiantamentos de contrato de câmbio e nas captações no exterior.

O valor dos adiantamentos de contratos de câmbio, em junho de 2020, é de R\$ 55.397 (R\$ 34.850 em dezembro de 2019) e está classificado como objeto de "hedge" de risco de mercado. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como despesa é de R\$ 525 (receita de R\$ 178 no primeiro semestre de 2019).

A efetividade das estruturas de "hedge" de risco de mercado é medida mensalmente por intermédio do resultado financeiro, oriundo do valor de mercado dos derivativos designados para "hedge" e do instrumento objeto de "hedge".

A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 está em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN.

As operações acima não representam a exposição global do Banco aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge".

8. GESTÃO DE RISCOS

O Conglomerado Financeiro Caixa Geral Brasil conta com processos de gestão de risco abrangentes, através dos quais pode monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades. Estes processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez e operacional. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

O processo de gestão de riscos tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar os eventos de risco (natureza interna e externa) que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte, bem como o cumprimento de seus objetivos, gerando impactos nos resultados, no capital e na liquidez do Banco.

A estrutura de controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é centralizada e visa assegurar que as diversas unidades seguem as políticas e os procedimentos estabelecidos. A identificação, agregação e acompanhamento dos riscos são feitos de modo a fornecer informações para as decisões da alta direção.

I - Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos fatores de risco de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição identifica, mensura, monitora os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco. Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das

informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento pela Administração local, pela Matriz e para atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (VaR - "Value at Risk"): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos.
- Perdas potenciais em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ou própria).
- Alerta de "Stop Loss": Perdas efetivas somadas num determinado horizonte de tempo. O Banco adota uma política de alertas baseada em gatilhos.
- Sensibilidade (BPV): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais.

Os limites e a exposição aos riscos de mercado são conservadores quando comparados ao Patrimônio de Referência do Banco. Em 30 de junho de 2020, o VaR para um horizonte de 10 dias ao qual o Banco estava exposto era de R\$7.821 (R\$2.548 em dezembro de 2019).

II - Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721, de 30 de abril de 2009, do CMN, o Banco possui uma estrutura e uma política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração.

A gestão de risco de crédito do Banco visa preservar a qualidade dos ativos de crédito em patamares adequados. Esta gestão é feita tanto no nível individual dos ativos que compõem a carteira, quanto no nível consolidado desta carteira.

No nível individual, o risco de crédito é avaliado quando da concessão dos limites/operações e acompanhamento periódico da qualidade do ativo.

São levados em consideração a qualidade intrínseca da contraparte/grupo e a estrutura da operação, que pode conter mitigadores de risco como garantias. Destas análises, derivam as classificações de risco das operações e correspondentes níveis de provisionamento em linha com a perda esperada, por sua vez calculada com base nos parâmetros utilizados para o cálculo do capital.

No nível consolidado, são monitorados os elementos globais da carteira, visando atender os requisitos regulatórios e as políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco. Este monitoramento busca identificar possíveis concentrações de carteira, de forma estática e dinâmica. A avaliação deste monitoramento pode resultar em ações corretivas ou preventivas, quando a Administração do Banco julgar necessário.

III - Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado.

Em linha com os princípios da Resolução nº. 3.380, de 29 de junho de 2006, do CMN, o Banco definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, com a aprovação ratificada pelo seu Conselho de Administração.

A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura.

O Banco possui também metodologia e sistema aplicativo, que é o mesmo utilizado por sua Matriz – a Caixa Geral de Depósitos – para o registro dos eventos de risco operacional e indicação dos processos a que se relacionam. Foi estabelecido um Comitê de Riscos Operacionais onde são apresentadas as ocorrências, as perdas operacionais e os mitigantes implementados ou propostos.

O Banco utiliza a Abordagem do Indicador Básico.

IV- Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O *Stress Test* de liquidez utiliza como premissas uma queda na base de captações, inadimplência e stress na carteira de derivativos para assim simular um fluxo de caixa para situações adversas. Essa métrica é acompanhada mensalmente no Comitê de Ativos e Passivos (ALCO).

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de controle e de gestão de liquidez. Como partes dos controles diários são estabelecidos limites de caixa mínimo, os quais permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável.

V- Gestão de Capital

A gestão de capital é conduzida em conjunto pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, com base em atividades coordenadas pelo Comitê de Gerenciamento de Capital, responsável pela estruturação e acompanhamento do Plano Estratégico Anual.

Fica a cargo da área de Controladoria a estruturação do plano estratégico anual e o acompanhamento do orçamento.

Participa do processo também a área de Gestão de Riscos, que contribui com informações, subsídios e avaliações complementares.

As instituições financeiras do Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos Brasil apuram o seu Patrimônio de Referência de forma consolidada.

Em atendimento à Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, as informações referentes ao processo de gestão de capital estão disponíveis no sítio da instituição na internet, acessíveis através do seguinte endereço: www.bcgbrasil.com.br, que não fazem parte destas demonstrações financeiras.

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações da carteira de crédito, em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por modalidade de operação

Capital de giro	79.688	99.827
Financiamento à exportação	67.203	76.541
Financiamento – BNDES	1.854	5.217
Total de operações de crédito	148.745	181.585
Confissão de dívida	39.877	26.356
Adiantamento sobre contrato de câmbio	98.428	99.346
Créditos para avais e fianças honrados	18.363	13.516
Total de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	305.413	320.803
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(64.164)	(57.136)

b) Composição da carteira por setor de atividade

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Setor Privado:		
Indústria	197.826	177.387
Comércio	29.892	50.623
Rural	25.134	19.738
Outros	52.561	73.055
Total	305.413	320.803

c) Composição da carteira por vencimento

	Junho de 2020						Dezembro de 2019	
	Vencido	A vencer					Total	Total
		01 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima 360 dias		
Capital de giro	-	-	29.985	7.507	3.906	38.290	79.688	99.827
Financiamento à exportação	21.030	-	-	6.018	20.668	19.487	67.203	76.541
Financiamento - BNDES	-	-	-	-	-	1.854	1.854	5.217
Confissão de dívida	892	-	-	-	-	38.985	39.877	26.356
Adiantamento sobre contrato de câmbio - ACC	-	12.770	22.956	13.974	48.728	-	98.428	99.346
Créditos para avais e fiança honrados	18.363	-	-	-	-	-	18.363	13.516
Total	40.285	12.770	52.941	27.499	73.302	98.616	305.413	320.803

d) Composição da carteira por nível de risco

Nível	Faixa de Provisão %	Junho de 2020				Dezembro de 2019			
		Vencidos (*)	Curso Normal	Provisão Resolução 2.682	Provisão Prudencial	Vencidos (*)	Curso Normal	Provisão Resolução 2.682	Provisão Prudencial
AA	-	-	-	-	-	-	153	-	-
A	0,50%	-	45.129	227	-	-	44.169	221	-
B	1,00%	-	109.421	1.097	-	598	128.961	1.296	-
C	3,00%	-	22.687	681	1.061	-	47.984	1.440	2.172
D	10,00%	-	17.882	1.788	-	-	-	-	-
E	30,00%	21.030	31.024	15.616	7.163	21.030	28.984	15.004	7.125
F	50,00%	892	35.178	18.035	-	-	32.684	16.342	-
G	70,00%	18.363	-	12.854	1.835	13.516	-	9.461	1.350
H	100,00%	-	3.807	3.807	-	2.724	-	2.724	-
Total		40.285	265.128	54.105	10.059	37.868	282.935	46.488	10.647

(*) Referem-se às operações vencidas a partir de 15 dias.

e) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	2020	2019
	1º semestre	1º semestre
Saldo no início	(57.135)	(58.374)
Provisão constituída	(19.639)	(22.365)
Reversão de provisão	2.884	25.327
Baixa para prejuízo	9.726	-
Saldo ao final	(64.164)	(55.412)

f) Cessões de crédito, créditos renegociados e créditos recuperados

No semestre findo em 30 de junho de 2020, não houve recuperação de crédito anteriormente baixado como prejuízo. Em 31 de dezembro de 2019, houve recuperação de crédito anteriormente baixado para prejuízo através do recebimento de duas séries de debêntures, cujo valor presente é R\$55.304. Para essas debêntures foram constituídas provisões para a sua totalidade.

No semestre findo em 30 de junho de 2020, foram renegociadas 12 (12 em dezembro de 2019) operações de crédito, no montante total de R\$81.903 (R\$ 70.898 em dezembro de 2019).

10. CARTEIRA DE CÂMBIO

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	113.900	97.252
Direitos sobre venda de câmbio	5.909	27.523
Total	<u>119.809</u>	<u>124.775</u>
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	5.842	26.778
Obrigações por compras de câmbio	97.351	95.814
Total	<u>103.193</u>	<u>122.592</u>

A carteira de câmbio, em 30 de junho de 2020, possui prazo médio de 270 dias (180 dias em dezembro de 2019).

11. OUTROS ATIVOS

a) BENS NÃO DE USO

	Junho de 2020		Dezembro de 2019	
	<u>Principal</u>	<u>Líquido</u>	<u>Principal</u>	<u>Líquido</u>
<u>Imóvel - Localização</u>				
Jaboatão dos Guararapes - PE	27.888	27.888	27.888	27.888
Umirim - CE	5.109	5.109	5.109	5.109
Cascavel - CE	7.413	7.413	7.413	7.413
Aquiraz - CE	13.092	13.092	13.092	13.092
Total	<u>53.502</u>	<u>53.502</u>	<u>53.502</u>	<u>53.502</u>

Referem-se a imóveis recebidos em dação de pagamento no exercício de 2017 e no mês de maio de 2019.

No segundo semestre de 2019, houve reversão de provisão constituída para o imóvel recebido em dação de pagamento, no montante de R\$6.270, devido ao encerramento do contrato de opção de compra que a Empresa tinha com o BCG Brasil, e que não foi exercido por ela. A partir deste momento, o Banco pôde iniciar os esforços de venda do imóvel.

b) DIVERSOS

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Impostos e contribuições a compensar	2.076	1.562
Adiantamento e antecipações salariais	553	685
Rendas a receber	594	730
Depósitos judiciais (nota nº 16.a)	4.629	4.465
Outros	613	698
Total	8.465	8.140

12. INVESTIMENTOS

(a) Participação em controlada

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
	CGD	CGD
<u>Dados da controlada</u>	Investimentos	Investimentos
Capital social	12.595	12.595
Patrimônio líquido	22.746	22.699
Lucro líquido no semestre/exercício	47	2.973
Participação societária	100%	100%
Valor de investimento em controlada por equivalência patrimonial	<u>22.746</u>	<u>22.699</u>
Total do investimento	<u>22.746</u>	<u>22.699</u>
Resultado de equivalência patrimonial no semestre	47	2.973

(b) Movimentação dos investimentos

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
	1º Semestre	Exercício
	CGD Investimentos	CGD Investimentos
Saldo ao início dos semestre/exercício	22.699	113.391
Resultado da participação em controlada	47	2.973
Dividendos recebidos	-	(1.665)
Aquisição Caixa BI (*)	-	(92.000)
Saldos ao final dos exercícios	22.746	22.699

(*) Em AGE, realizada em 22 de maio de 2019, foi deliberada a redução de capital social, no montante de R\$ 92.000, e o aumento de capital social, no montante de 257, sem emissão de novas ações.

Em 23 de julho de 2019, o Banco Central do Brasil – BACEN homologou a redução e o aumento de capital.

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - PASSIVO

a) Depósitos

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Depósitos à vista	7.956	7.350
Depósitos a prazo	369.589	356.071
De 1 a 90 dias	59.675	102.180
De 91 até 360 dias	293.577	217.197
A vencer após 360 dias	16.337	36.694
Depósitos interfinanceiros	15.721	16.269
De 1 a 90 dias	15.721	16.269
Total de depósitos	<u>393.266</u>	<u>379.690</u>

Os depósitos a prazo e interfinanceiros com taxas pós-fixadas, no montante de R\$381.176 (R\$368.652 em dezembro de 2019), apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 95% a 113% (de 95% a 113% em dezembro de 2019). Os depósitos a prazo com taxas pré-fixadas, no montante de R\$4.134 (R\$3.688 em dezembro de 2019), apresentam taxas ao ano que variam de 4,26% a 11,28% (7,07% a 11,28% em dezembro de 2019).

b) Captações no mercado aberto

	Junho de 2020		Dezembro de 2019
	De 1 a 90 dias	Total	Total
Carteira própria:			
Notas do Tesouro Nacional- NTN	176.999	176.999	-
Debêntures	13.619	13.619	53.612
Total de captações no mercado aberto	<u>190.618</u>	<u>190.618</u>	<u>53.612</u>

c) Recursos de aceites e emissão de títulos

Representado por letras financeiras, letras de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário com taxas pós-fixadas, no montante de R\$127.422 (R\$238.757 em dezembro de 2019) apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 90% a 114,5% (88% a 114,5% em dezembro de 2019). Em 30 de junho de 2020, o total das captações com letras financeiras, letras de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário até 360 dias é de R\$127.092, e acima de 360 dias é de R\$330.

Em 31 de dezembro de 2019, o total das captações com letras financeiras, letras de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário até 360 dias é de R\$222.662, e acima de 360 dias é de R\$16.095.

d) Obrigações por repasses do País – Instituições oficiais

Representado por repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES Exim no montante de R\$1.831 (R\$5.143, em dezembro de 2019), com prazo de vencimento de 2022 (com prazo de vencimento entre 2022 e 2023 em dezembro de 2019).

e) Obrigações por empréstimos no exterior

	Junho de 2020		Dezembro de 2019		
	Moeda	Reais	USD	Reais	
Empréstimo no Exterior:					
Grupo Caixa Geral de Depósitos (*)	USD	1.400	7.666	81.006	326.460
Grupo Caixa Geral de Depósitos (*)	EUR	-	-	500	2.265
Total		<u>7.666</u>		<u>328.725</u>	

(*) Operações com parte relacionada, conforme descrito na nota nº 19. b.

14. PROVISÕES

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas (*)	2.162	2.103
Provisão para riscos fiscais e previdenciários (nota nº 16.a e b)	4.977	4.334
Provisão para riscos trabalhistas (nota nº 16.a e b)	3.244	2.902
Provisão para despesas de pessoal	2.887	2.826
Fornecedores a pagar	533	595
Outras	302	274
Total	<u>14.105</u>	<u>13.034</u>

(*) As responsabilidades por garantias e fianças prestadas, locais e internacionais, montam em R\$201.603 (R\$198.886 em dezembro de 2019) (nota 25.a), para as quais foram registradas provisões para risco de crédito no montante de R\$2.162 (R\$2.103 em dezembro de 2019), calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99.

Nível	Faixa de provisão - %	Junho de 2020		Dezembro de 2019	
		Curso normal	Provisão	Curso normal	Provisão
AA	-	72.302	-	71.070	-
A	0,50%	66.482	332	67.627	338
B	1,00%	2.738	27	2.015	20
C	3,00%	60.081	1.803	58.174	1.745
Total		<u>201.603</u>	<u>2.162</u>	<u>198.886</u>	<u>2.103</u>

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	8.936	13.186
Impostos e contribuições a recolher	2.975	1.827
Outros	7	17
Total	<u>11.918</u>	<u>15.030</u>

b) Diversas

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Negociação e Intermediação de Valores	382	3.235
Resultado de Exercícios Futuros	157	153
Relações Interfinanceiras	90	31
Outros	39	109
Total	<u>668</u>	<u>3.528</u>

16. PROVISÃO PARA RISCO E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou os riscos e provisões, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25 e Resolução CMN nº 3.823/09.

a) Obrigações legais, contingências fiscais e trabalhistas

O Banco é parte em processos administrativos e judiciais de natureza tributária de IRPJ e CSLL sobre juros sobre o capital próprio deduzido da base de cálculo do ano de 2011, sobre compensação de Prejuízo Fiscal IRPJ 2010 e de débitos compensados de IRPJ e CSLL não homologados referentes ao ano de 2015, no montante total de R\$3.499 (R\$2.922 em dezembro de 2019), que são caracterizados como passivos contingentes e cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pelos advogados externos.

Descrição	Junho de 2020		Dezembro de 2019	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Obrigações legais:				
ISS (i)	4.477	4.477	4.334	4.334
Subtotal	4.477	4.477	4.334	4.334
Contingências fiscais:				
CETIP(ii)	500	-	-	-
Subtotal	500	-	-	-
Contingências trabalhistas:				
Recursos trabalhistas	3.244	152	2.902	131
Subtotal	3.244	152	2.902	131
Total	8.221	4.629	7.236	4.465

- (i) O Banco está discutindo o recolhimento do ISS sobre garantias e fianças prestadas a clientes relativos aos exercícios de 2012 a 2020, cujos assessores jurídicos classificaram como perda possível. Entretanto, foi constituída provisão no montante de R\$ 4.977 por se tratar de uma obrigação legal prevista na Lei Federal nº 116/2003.
- (ii) Refere-se ao processo de IRPJ e CSLL sobre ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP, cujos assessores jurídicos classificaram como perda provável. Em 31 de dezembro de 2019, este processo estava classificado pelos assessores jurídicos como perda possível.

b) A movimentação das provisões passivas para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019 é a seguinte:

	Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias	Contingências trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2018	3.975	1.759	5.734
Constituição (nota nº 24.b)	204	686	890
Pagamento	-	(48)	(48)
Saldo em 30/06/2019	4.179	2.397	6.576
	Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias	Contingências trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2019	4.334	2.902	7.236
Constituição (nota nº 24.b)	643	342	985
Saldo em 30/06/2020	4.977	3.244	8.221

- c) O detalhamento das obrigações legais e contingências fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 é o seguinte:

		Junho de 2020					
		Obrigações legais e Contingências fiscais		Contingências cíveis e sucumbências		Contingências Trabalhistas	
Perdas		Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
	Prováveis		500	500	-	-	3.244
Possíveis		7.976	4.477	-	-	-	-
Remotas		-	-	17	-	510	-
Total		8.476	4.977	17	-	3.754	3.244
Quantidade		5		1		8	
		Dezembro de 2019					
		Obrigações legais e Contingências fiscais		Contingências cíveis e sucumbências		Contingências Trabalhistas	
Perdas		Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
	Prováveis	-	-	-	-	2.902	2.902
Possíveis		8.102	4.334	-	-	2.154	-
Remotas		-	-	13	-	110	-
Total		8.102	4.334	13	-	5.166	2.902
Quantidade		8		1		9	

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados:

	2020	2019
	1º semestre	1º semestre
Resultado antes da tributação sobre o lucro, líquido da participação no lucro.	(6.435)	2.815
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20% (25% e 15% em 2019)	2.896	(1.126)
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:	568	926
Despesas com gratificações e benefícios	(15)	(25)
Resultado de Equivalência Patrimonial	21	984
Diferença Aliquota CSLL *	415	-
Outros	147	(33)
Resultado de imposto de renda e da contribuição social dos semestres	3.464	(200)

(*) Conforme Lei 13.169/15, a alíquota da Contribuição Social em 2019 foi de 15%. A partir março de 2020, a alíquota passou a ser de 20%, conforme Emenda Constitucional 103/19.

b) Composição e movimentação do crédito tributário sobre diferenças temporárias

A Administração do Banco mantém créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$82.145 (R\$70.792 em dezembro de 2019), fundamentado em estudo técnico, o qual considera a previsão de lucro tributário no futuro, conforme requerido pela Resolução CMN nº 3.535/08.

Dessa forma, os créditos tributários e as obrigações diferidas foram constituídos sobre as adições e exclusões temporárias às alíquotas vigentes e serão realizados quando da utilização, dedutibilidade e/ou reversão das respectivas provisões constituídas, conforme demonstrado abaixo:

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	65.163	54.195
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	973	946
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	8.112	8.021
Marcação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	4.190	4.194
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	-	171
Provisão para contingências fiscais	2.240	1.951
Provisão para contingências trabalhistas	1.460	1.306
Outros	7	8
Total	82.145	70.792

c) Composição de obrigações diferidas

	Junho de 2020	Dezembro de 2019
Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior	(14.170)	(15.213)
Ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	(948)	(246)
Total de obrigações diferidas	<u>(15.118)</u>	<u>(15.459)</u>

d) Movimentação dos créditos tributários e obrigações diferidas

	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Constituição / realização	Saldo em 30 de junho de 2020
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	54.195	10.968	65.163
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	946	27	973
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	8.021	91	8.112
Marcação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	4.194	(4)	4.190
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	171	(171)	-
Provisão para contingências fiscais	1.951	289	2.240
Provisão para contingências trabalhistas	1.306	154	1.460
Outros	8	(1)	7
Total	<u>70.792</u>	<u>11.353</u>	<u>82.145</u>
Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior	(15.213)	1.043	(14.170)
Ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	(246)	(702)	(948)
Saldo de obrigações diferidas	<u>(15.459)</u>	<u>341</u>	<u>(15.118)</u>

	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Constituição / realização	Saldo em 30 de junho de 2019
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	28.295	(540)	27.755
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	823	3	826
Provisão para outros valores e bens imóveis	2.508	-	2.508
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	9.153	(1.062)	8.091
Marcação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	5.539	(1.682)	3.857
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	227	(143)	84
Provisão para contingências fiscais	1.590	81	1.671
Provisão para contingências trabalhistas	704	255	959
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	2.530	1.057	3.587
Outros	8	-	8
Total	<u>51.377</u>	<u>(2.031)</u>	<u>49.346</u>
Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior	(15.724)	149	(15.575)
Ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	(106)	(134)	(240)
Saldo de obrigações diferidas	<u>(15.830)</u>	<u>15</u>	<u>(15.815)</u>

e) Expectativa de realização e valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas

Os créditos tributários e as obrigações diferidas serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados. Apresentamos abaixo a estimativa de realização desses créditos tributários e obrigações diferidas, de acordo com o estudo técnico formalizado pela Administração do Banco:

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Total
Créditos tributários	(21.753)	(11.128)	(10.590)	(10.768)	(27.906)	(82.145)
Obrigações diferidas	15.118			-	-	15.118

Para cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizada como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas totalizavam R\$78.376 e R\$14.725 (R\$66.947 e R\$14.813 em dezembro de 2019), respectivamente.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, totalmente subscrito e integralizado está representado por 869.321 (1.073.170 em junho de 2019) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de domiciliados no exterior no montante de R\$323.728 (R\$400.000 em junho de 2019).

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 07 de maio de 2019, foi deliberada a redução de capital social, no montante de R\$ 76.272, com consequente cancelamento de 203.849 ações ordinárias nominativas.

Em 23 de julho de 2019, o Banco Central do Brasil – BACEN homologou a redução de capital para R\$323.728.

b) Dividendos

Conforme o estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 5% do lucro líquido anual, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

Em Assembléia Geral Ordinária, realizada em 02 de abril de 2019, foi deliberado o pagamento de dividendos, no montante total de R\$ 3.728, referente ao exercício de 2018.

Em fevereiro de 2019, foi efetuado o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 6.350, R\$ 5.398, líquido do imposto retido na fonte de 15%, no valor de R\$ 952.

Em março de 2020, foi efetuado o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de 2.890, R\$ 2.457, líquido do imposto retido na fonte de 15%, no valor de R\$ 433.

c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro do exercício até o limite definido pela legislação societária. Conforme estatuto social, no semestre findo em 30 de junho de 2019, foram constituídas reserva legal de R\$ 131 e reserva de lucros de R\$ 2.484.

d) Lucro por ação

O lucro por ação básico foi calculado e está sendo apresentado na demonstração de resultado do Banco. O lucro por ação diluído é calculado de forma similar ao lucro básico por ação. Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, O lucro por ação diluído é igual ao lucro por ação básico.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

A Remuneração da Administração está em conformidade com as disposições da Resolução 3.921/10, Conselho Monetário Nacional.

No semestre findo em 30 de junho de 2020, foi pago aos Administradores o montante de R\$973 (R\$1.429 em junho de 2019), considerando salários e benefícios.

b) Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem transações com a entidade controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa, e as demais entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de capital exclusivamente público e controlado pelo Estado de Portugal.

As transações com partes relacionadas foram contratadas em condições compatíveis com as práticas de mercado vigentes nas datas das operações, considerando-se a ausência de risco e estão resumidas a seguir para 30 de junho de 2020 e em 31 dezembro de 2019:

	Grau de relação	Junho de 2020		Dezembro de 2019	
		Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	2.239	-	1.008	-
Caixa Geral de Depósitos - Espanha	Ligada	-	-	4	-
Investimento - participação em coligadas e controladas					
CGD Investimentos, CVC	Controlada	22.746	47	22.699	2.973
Depósitos					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(7)	-	(8)	-
CGD Investimentos, CVC	Controlada	(15.898)	(276)	(16.446)	(2.965)
Obrigações por empréstimo no exterior					
Caixa Geral de Depósitos – Lisboa (nota nº 13.e)	Controladora	(7.666)	(13.653)	(328.725)	(12.617)
Outras obrigações - Sociais e Estatutárias					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(171)	-	(171)	-
Outras obrigações - diversas					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(2)	-	-	-
Receita prestação de serviços, comissão e estruturação de operações					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Ligada	433	419	-	-
Caixa Geral de Depósitos - Espanha	Ligada	-	-	-	1.038

O Banco assinou, em 18 de dezembro de 2017, um contrato de linha de crédito de liquidez “standby” no montante máximo de €45.000 (quarenta e cinco milhões de euros) junto a Caixa Geral de Depósitos S.A. – Lisboa, com vigência de um ano, renovado em dezembro de 2019, com vigência até 18 de dezembro de 2020.

20. LIMITES OPERACIONAIS - ÍNDICE DE BASILEIA E LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

O Banco Central do Brasil, através das Resoluções nº 4.192/13 e 4.278/13, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência em bases consolidadas sobre o conglomerado financeiro e através da Resolução nº 4.193/13, instituiu apuração do Patrimônio de Referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013. O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA) que passou a ser de 8% em 01 de janeiro de 2019.

a) Índice da Basileia

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Risco de crédito – PEPR	46.121	46.931
Riscos de mercado- PCAM, PJURs e PACS	10.561	12.751
Risco Operacional - POPR	13.564	12.790
Patrimônio de referência exigido - PRE	70.246	72.472
Patrimônio de Referência - PR para limite de compatibilização com PRE	322.744	318.735
Índice da Basileia (*)	36,76%	35,18%

(*) O índice de Basileia é calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, o qual é composto pelo Banco e sua controlada, a CGDI CVC.

b) Limites de imobilização

As instituições financeiras devem manter suas aplicações no ativo permanente em nível inferior a 50% de seu Patrimônio de Referência - PR, na forma da regulamentação em vigor. Em 30 de junho de 2020 este limite, controlado com base no Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, corresponde a 0,54% (0,72% em 2019).

21. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 30 de junho de 2020 e de 2019, estão assim representadas:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
	<u>1º semestre</u>	<u>1º semestre</u>
Comissão de estruturação e assessoria em operações	168	181
Rendas garantias prestadas	1.638	1.919
Outras	118	267
Total	<u>1.924</u>	<u>2.367</u>

22. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 30 de junho de 2020 e de 2019 estão assim representadas:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
	<u>1º semestre</u>	<u>1º semestre</u>
Processamento de dados	4.479	4.175
Aluguel	1.853	1.836
Serviços técnicos especializados	682	1.030
Depreciação e amortização	323	339
Serviços do sistema financeiro	551	645
Viagens	39	180
Publicações	55	50
Seguros	244	226
Manutenção e conservação de bens	123	144
Comunicação	247	319
Vigilância e segurança	201	192
Serviço de terceiros	146	189
Transportes	39	39
Água, energia e gás	72	86
Outras	255	425
Total	<u>9.309</u>	<u>9.875</u>

23. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Em 30 de junho de 2020 e de 2019 estão representadas por:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
	<u>1º semestre</u>	<u>1º semestre</u>
Despesas de contribuição ao COFINS	1.937	1.047
Despesas de impostos sobre serviços prestados - ISS	14	22
Despesas de contribuição ao PIS	315	170
Outras	21	108
Total	<u>2.287</u>	<u>1.347</u>

24. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

a) Outras receitas operacionais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
	<u>1º semestre</u>	<u>1º semestre</u>
Recuperação de encargos e despesas	30	441
Varição monetária ativa	79	125
Reversão de provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	-	12
Outros	<u>2</u>	<u>1</u>
Total	<u><u>111</u></u>	<u><u>579</u></u>

b) Outras despesas operacionais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
	<u>1º semestre</u>	<u>1º semestre</u>
Processos fiscais e trabalhistas (nota nº 16.b)	(985)	(890)
Provisão sobre comissão de fiança	-	(128)
Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	(59)	(19)
Outras despesas	<u>-</u>	<u>(5)</u>
Total	<u><u>(1.044)</u></u>	<u><u>(1.042)</u></u>
Total outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u><u>(933)</u></u>	<u><u>(463)</u></u>

25. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Avais e fianças

Responsabilidade do Banco por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros:

	<u>Junho</u>	<u>Dezembro</u>
	<u>de 2020</u>	<u>de 2019</u>
Fianças e garantias prestadas - pessoas físicas e jurídicas (nota nº14)	<u>201.602</u>	<u>198.886</u>

b) Benefícios a empregados

A partir do ano de 2010, o Banco passou a oferecer o benefício de um plano de previdência privada a seus funcionários, contribuindo mensalmente para entidade aberta de previdência privada, com um percentual sobre o salário bruto do funcionário, desde que o mesmo contribua com o mesmo percentual. O objetivo é o de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, enquanto os mesmos forem funcionários, sendo esta a única responsabilidade do Banco como patrocinador.

No semestre findo em 30 de junho de 2020, o montante de contribuição é de R\$147 (R\$50 no primeiro semestre de 2019) e foi registrado como despesa de pessoal.

c) Contratos de seguros

O Banco possui seguro de riscos nomeados com cobertura básica para incêndio, raio, explosão ou implosão - prédio, maquinismo, móveis e utensílios, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, interrupção de negócio em decorrência de cobertura básica, perda ou pagamento de aluguel, despesas com recomposição de registros e documentos e responsabilidade civil para estabelecimentos comerciais. O valor máximo de cobertura é de R\$8.200 (R\$8.200 em 2019). E o período de cobertura se estende até julho de 2020. A Administração já renovou a apólice para o período de um ano.

d) Outras informações

Acordo de compensação e liquidação de obrigações - o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com os clientes com os quais possuía essa modalidade de acordo.

A Administração vem acompanhando os desdobramentos relacionados ao COVID-19, observando com a devida atenção as orientações governamentais, OMS e assessoria especializada. O Banco vem adotando diversas medidas de prevenção para preservarmos a segurança e a saúde de seus colaboradores, assim como a manutenção da operação.

26. EVENTO SUBSEQUENTE

A Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 16 de julho de 2020, deliberou sobre a destinação do lucro líquido do exercício social de 31 de dezembro de 2019, conforme abaixo:

- R\$ 368 mil foram destinados à Reserva Legal, em atendimento ao disposto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76;
- R\$ 4.106 mil foram destinados à Reserva Especial de Lucros; e
- R\$ 2.890 mil foram destinados ao pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas, conforme deliberado em Ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada em 30 de dezembro de 2019.

Foi aprovada também a distribuição aos acionistas de dividendos proporcionais à participação no capital social, no valor de R\$ 4.106 mil, provenientes da Reserva Especial de Lucros.

A Diretoria

Controller

Lúcio Fábio Tavares Garcia

CRC 1SP 223.923/O-4